

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A RCI Brasil, Instituição integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.335 milhões em 30 de junho de 2015 apresentando evolução de 13,4% em comparação a R\$1.177 milhões em 30 de junho de 2014. O lucro líquido apresentado no semestre foi de R\$108 milhões em comparação a R\$58 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2015, os ativos totais atingiram R\$9.252 milhões e estão representados principalmente pela carteira de créditos no montante de R\$7.625 milhões. Em 30 de junho de 2014, correspondiam a R\$8.836 milhões e R\$7.409 milhões, respectivamente.

As captações de recursos da RCI Brasil estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$2.513 milhões, recursos de aceites cambiais R\$988 milhões e letras financeiras R\$3.350 milhões. Em 30 de junho de 2014 correspondiam a R\$2.957 milhões, R\$1.040 milhões e R\$3.062 milhões, respectivamente.

Conjuntura Econômica

No primeiro semestre de 2015, a atividade bancária do Brasil se desenvolveu em um ambiente de economia fraca e taxas de juros mais elevadas para conter a inflação e depreciação do Real frente ao Dólar.

A taxa Selic atingiu 13,75%, alta de 200 bps frente à estabelecida ao final de 2014, de 11,75%. A ação de política monetária juntamente com medidas de aperto fiscal devem ajudar a conter a inflação no próximo ano. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) alcançou 8,89% no 1º semestre de 2015, acima do teto da meta que é 6,5%.

O mercado de trabalho iniciou um processo de deterioração nos últimos meses, com a taxa de desemprego subindo para 6,7% em maio de 2015 (último dado divulgado), ante taxa de 4,9% registrada em maio de 2014.

A carteira de crédito do sistema cresceu 10,1% no mês de maio de 2015 na comparação com maio de 2014. No primeiro trimestre, a taxa de crescimento estava em torno de 11%. Essa desaceleração entre o 2T15 (abril e maio) versus o 1T15, pode ser observada tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 16,5% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que cresceu apenas 4,7% entre maio de 2014 e maio de 2015. A carteira dos bancos públicos aumentou 15,1% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em 4,1%.

Outras Informações

A RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no semestre findo em 30 de junho de 2015 não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração da RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 14 de agosto de 2015

O Conselho de Administração

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014		Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		5.199.924	4.917.350	Passivo Circulante		4.065.919	2.884.674
Disponibilidades	4	45.809	49.112	Depósitos	14.a	1.533.062	1.444.148
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		148.055	88.575	Depósitos à Vista		405	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		148.055	88.575	Depósitos Interfinanceiros		1.532.657	1.444.148
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	135.128	20.508	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.152.824	1.284.646
Carteira Própria		116.003	-	Recursos de Aceites Cambiais		554.021	564.156
Instrumentos Financeiros Derivativos		19.125	20.508	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.598.803	720.490
Relações Interfinanceiras	6	189.654	242.211	Outras Obrigações		380.033	155.880
Depósitos no Banco Central		189.654	242.211	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.566	1.410
Operações de Crédito		4.466.212	4.295.933	Sociais e Estatutárias		454	433
Setor Privado	7.a	4.532.952	4.353.014	Fiscais e Previdenciárias	15	43.952	43.410
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7.d	(66.740)	(57.081)	Instrumentos Financeiros Derivativos	5	494	3.390
Outros Créditos		160.257	155.449	Diversas	16	332.567	107.237
Rendas a Receber	9	56.882	39.276				
Créditos Tributários	8	43.799	35.857				
Diversos	10	59.576	80.316	Passivo Exigível a Longo Prazo		3.851.806	4.774.101
Outros Valores e Bens		54.809	65.562	Depósitos	14.a	980.464	1.512.658
Outros Valores e Bens		12	12	Depósitos Interfinanceiros		980.464	1.512.658
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.184.669	2.817.918
Despesas Antecipadas		54.809	65.562	Recursos de Aceites Cambiais		433.631	476.151
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.255.177	3.198.349	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.751.038	2.341.767
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	45.138	1.614	Outras Obrigações		686.673	443.525
Instrumentos Financeiros Derivativos		45.138	1.614	Fiscais e Previdenciárias	15	81.105	53.022
Operações de Crédito		3.031.580	3.007.671	Instrumentos Financeiros Derivativos	5	58	43.513
Setor Privado	7.a	3.091.803	3.056.330	Diversas	16	605.510	346.990
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7.d	(60.223)	(48.659)				
Outros Créditos		129.403	110.118	Resultados de Exercícios Futuros			30
Créditos Tributários	8	65.501	54.780	Resultados de Exercícios Futuros			30
Diversos	10	63.902	55.338				
Outros Valores e Bens		49.056	78.946	Patrimônio Líquido	18	1.334.592	1.176.927
Despesas Antecipadas		49.056	78.946	Capital Social:		713.684	713.684
Permanente		797.246	720.013	De Domiciliados no País		284.695	284.695
Investimentos	11	793.512	717.434	De Domiciliados no Exterior		428.989	428.989
Participação em Controlada		793.512	717.434	Reservas de Lucros		620.908	463.243
Imobilizado de Uso	12	1.022	1.737				
Outras Imobilizações de Uso		1.980	2.505				
(Depreciações Acumuladas)		(958)	(768)				
Intangível	13	2.712	842				
Ativos Intangíveis		5.139	3.036				
(Amortizações Acumuladas)		(2.427)	(2.194)				
Total do Ativo		9.252.347	8.835.712	Total do Passivo		9.252.347	8.835.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		713.684	36.678	415.696	-	1.166.058	
Dividendos Complementares de Exercício Anterior	18.b	-	-	(47.332)	-	(47.332)	
Lucro Líquido		-	-	-	58.201	58.201	
Destinações:							
Reserva Legal		-	2.910	-	(2.910)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	55.291	(55.291)	-	
Saldos em 30 de Junho de 2014		713.684	39.588	423.655	-	1.176.927	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		713.684	46.935	506.751	-	1.267.370	
Dividendos Complementares de Exercício Anterior	18.b	-	-	(40.943)	-	(40.943)	
Lucro Líquido		-	-	-	108.165	108.165	
Destinações:							
Reserva Legal		-	5.408	-	(5.408)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	102.757	(102.757)	-	
Saldos em 30 de Junho de 2015		713.684	52.343	568.565	-	1.334.592	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua...

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Nota		
Receitas da Intermediação Financeira	624.506	508.809
Operações de Crédito	565.845	519.544
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.597	25.708
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a 43.376	(47.901)
Resultado das Aplicações Compulsórias	11.688	11.458
Despesas da Intermediação Financeira	(480.779)	(422.645)
Operações de Captação no Mercado	(436.024)	(395.980)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e (44.755)	(26.665)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	143.727	86.164
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.814)	(12.076)
Receitas de Prestação de Serviços	2.998	2.629
Rendas de Tarifas Bancárias	20 27.612	30.968
Despesas de Pessoal	(13.381)	(12.371)
Outras Despesas Administrativas	(60.602)	(57.097)
Despesas Tributárias	(15.673)	(11.561)
Resultado de Participação em Controlada	11 56.072	34.602
Outras Receitas Operacionais	21 21.131	13.170
Outras Despesas Operacionais	22 (19.971)	(12.416)
Resultado Operacional	141.913	74.088
Resultado não Operacional	(38)	167
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	141.875	74.255
Imposto de Renda e Contribuição Social	23 (33.195)	(15.662)
Provisão para Imposto de Renda	(31.508)	(23.134)
Provisão para Contribuição Social	(18.977)	(13.885)
Ativo Fiscal Diferido	17.290	21.357
Participação dos Empregados no Lucro	(515)	(392)
Lucro Líquido	108.165	58.201
Nº de Ações	18.a 4.951	4.951
Lucro Líquido por Ação (em R\$)	21.847,10	11.755,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Nota		
Atividades Operacionais	108.165	58.201
Lucro Líquido	(6.839)	(31.132)
Ajustes ao Lucro Líquido	255	157
Depreciações e Amortizações	17.c 13.068	13.007
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos	7.e 44.755	26.665
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.977)	(34.941)
Resultado de Participação em Controlada	11 (56.072)	(34.602)
Outros	1.132	(1.418)
Variações em Ativos e Passivos	368.756	(227.962)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	432
Redução (Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos	(142.461)	61.024
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	291.745	349.174
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	6.731	(10.840)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	15.710	48.097
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	41.199	(3.927)
Aumento (Redução) em Depósitos	(563.664)	(872.608)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	766.953	252.330
Aumento (Redução) em Resultado de Exercícios Futuros	(7)	(5)
Imposto Pago	(47.450)	(51.639)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	470.082	(200.893)
Atividades de Investimento	-	(150)
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(150)
Aplicações no Intangível	(477)	(455)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(477)	(605)
Atividades de Financiamento	695.736	731.010
Emissão de Obrigações de Longo Prazo	695.736	731.010
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	(950.124)	(579.569)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(88.968)	(94.379)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento	(343.356)	57.062
Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	126.249	(144.436)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4 67.615	251.748
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4 193.864	107.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014		01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Nota			Nota		
Receitas da Intermediação Financeira	624.506	508.809	Valor Adicionado Bruto a Distribuir	171.249	98.422
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	30.610	33.597	Distribuição do Valor Adicionado		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e (44.755)	(26.665)	Pessoal	11.923	7,0%
Outras Receitas e Despesas	1.122	921	Remuneração	8.627	7,254
Despesas da Intermediação Financeira	(436.024)	(395.980)	Benefícios	1.922	1,786
Insumos de Terceiros	(60.027)	(56.705)	FGTS	819	954
Serviços de Terceiros	(24.728)	(21.458)	Outras	555	796
Outros	(35.299)	(35.247)	Impostos, Taxas e Contribuições Federais	50.840	29,6%
Valor Adicionado Bruto	115.432	63.977	Municipais	49.238	27,453
Retenções			Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	1.602	1,743
Depreciações e Amortizações	(255)	(157)	Remuneração de Capitais Próprios	321	0,2%
Valor Adicionado Líquido Produzido	115.177	63.820	Reinvestimentos de Lucros	108.165	63,2%
Valor Adicionado Recebido em Transferência:			Total	171.249	100,0%
Resultado de Participação em Controlada	11 56.072	34.602		98.422	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), constituída na forma de sociedade anônima, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de agosto de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas das empresas financeiras Renault, compostas pela RCI Brasil e RCI Leasing, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), do período findo em 30 de junho de 2015, são divulgadas conjuntamente, no prazo legal, na CVM (RCI Brasil).

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de

disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de operações de crédito é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentarem atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as ccessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não reconhecidos no resultado do período. A RCI Brasil não possui operações de derivativos classificados como "hedge contábil" para os períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

Continua...

Continuação

RCI Banque
GRUPO RENAULTRCI Brasil
GRUPO RCI Banque

Santander

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2015			01/01 a 30/06/2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	55.033	1.171	11.029	40.460	1.320	6.839
Constituição / Reversão ⁽¹⁾	9.051	978	3.039	9.116	183	3.708
Pagamentos	-	-	(1.516)	-	-	(712)
Saldo Final	64.084	2.149	12.552	49.576	1.503	9.835
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	46.928	-	-	42.429	-	-

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais fiscais e previdenciárias. O principal processo é:

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$64.084 (30/06/2014 - R\$49.576): A RCI Brasil ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados ou ex-colaboradores terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a financiamentos.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) A RCI Brasil não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes constantes, não significativos, classificados como risco de perda possível, importam em aproximadamente R\$34.070 para ações cíveis, R\$5.800 para ações trabalhistas e R\$40.974 para ações fiscais (30/06/2014 - R\$12.050, R\$3.076 e R\$4.532, respectivamente). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d", "e" e "f".

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o capital social no valor de R\$713.684 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidades de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	989	986	1.975
De Domiciliados no Exterior	1.490	1.486	2.976
Total	2.479	2.472	4.951

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares com base no lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$40.943 (R\$7.876,45 para ações ordinárias e R\$8.664,10 para ações preferenciais em reais por ação) e foram pagos em 18 de maio de 2015.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2014, foi aprovado o destaque de dividendos à conta de reserva para reforço do capital de giro com base no lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$47.332 (R\$9.105,44 para ações ordinárias e R\$10.015,99 para ações preferenciais em reais por ação) e foram pagos em 14 de maio de 2014.

c) Reserva Estatutária

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado para reserva para reforço do capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da RCI Brasil, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

19. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2015 foi fixado o valor máximo de R\$1.517.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a	01/01 a
	30/06/2015	30/06/2014
Remuneração Fixa	294	426
Remuneração Variável	42	85
Outras	180	210
Total	516	721

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$123 no semestre (2014 - R\$156).

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da RCI Brasil, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a RCI Brasil;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

e) Participação Acionária

A RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Disponibilidades	45.809	49.112	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	45.809	49.112	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	58.200	-	10.621
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	-	4.004
RCI Leasing ⁽³⁾	-	58.200	-	6.617
TVM - Fundos de Investimentos	116.003	-	1.007	-
FIDC Venda de Veículos	57.252	-	(180)	-
FIDC RCI Brasil	58.751	-	1.187	-
Operações de Crédito ⁽⁷⁾	9.605	7.609	18.040	21.707
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	6.412	5.963	2.826	2.574
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	633	571	3.658	3.475
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.560	1.075	11.556	15.658
Dividendos e Bonificações a Receber	54.978	37.969	-	-
RCI Leasing ⁽³⁾	54.978	37.969	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁸⁾	57.693	78.275	197.549	209.634
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	51.710	68.345	158.282	172.148
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	5.955	9.930	39.267	37.486
Banco Santander ⁽²⁾	28	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	(1.396.344)	(804.344)	(88.595)	(48.808)
Banco Santander ⁽²⁾	(1.262.844)	(804.344)	(84.258)	(48.808)
RCI Leasing ⁽³⁾	(133.500)	-	(4.337)	-
Recursos de Aceites Cambiais	(316.988)	(317.133)	(18.679)	(18.035)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(316.988)	(317.133)	(18.679)	(18.035)
Letras Financeiras	(340.694)	(348.978)	(21.035)	(17.724)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(340.694)	(348.978)	(21.035)	(17.724)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(6.825)	(1.379)	(19.006)	(11.179)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(1.587)	(1.377)	(10.148)	(7.058)
Banco Santander ⁽²⁾	-	(2)	(4.166)	(3.089)
Isban Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	-	(3.053)	(1.032)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁶⁾	-	-	(225)	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(5.238)	-	(1.414)	-
Outras Obrigações - Diversas	(53)	(44)	-	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(53)	(44)	-	-

⁽¹⁾ As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional.

⁽²⁾ Controladores da RCI Brasil (Nota 19.e).

⁽³⁾ Subsidiária da RCI Brasil.

⁽⁴⁾ Coligadas da controladora RCI Banque.

⁽⁵⁾ Subsidiária do controlador Banco Santander.

⁽⁶⁾ Controlada pelo Banco Santander, S.A. - Espanha, controladora do Banco Santander.

⁽⁷⁾ Refere-se a juros com operações de floor plan, subsidiados pela montadoras e realizáveis em até 30 dias

⁽⁸⁾ Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

20. Rendas de Tarifas Bancárias

Representadas, substancialmente, por tarifas de cadastro em operações de crédito no valor de R\$25.302 no semestre (2014 - R\$29.352).

21. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	1.770	1.107
Atualização de Depósitos Judiciais	2.580	1.235
Recuperação de Encargos e Despesas	16.746	10.796
Outras	35	32
Total	21.131	13.170

22. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 17.c)	2.557	1.666
Trabalhistas (Nota 17.c)	978	183
Cíveis (Nota 17.c)	3.039	3.708
Outras ⁽¹⁾	6.010	3.381
Despesas Judiciais e Custas	498	118
Convênio Operacional - Renault do Brasil	804	917
Registro de Contratos	26	17
Despesas com Serasa/SPC	100	290
Despesas de Atualização de Impostos	547	645
Despesas com Fraudes de Veículos	1.510	-
Varição Cambial - Expatriados	1.837	-
Comissão de Estruturação Operacional	1.704	-
Outras	361	1.491
Total	19.971	12.416

⁽¹⁾ Refere-se basicamente de provisões de gastos com contratos em atraso.

Continua...

Continuação

RCI Banque
grupo RENAULT

RCI Brasil
grupo RCI Banque

Santander

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	141.875	74.255
Participações no Lucro	(515)	(392)
Resultado antes dos Impostos	141.360	73.863
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(56.544)	(29.545)
Resultado de Participação em Controlada	22.429	13.841
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	706	145
Demais Ajustes	214	(103)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(33.195)	(15.662)

24. Eventos Subsequentes

a) Alterações na Legislação Fiscal

Em 21 de maio, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015. A conversão em Lei dessa Medida Provisória está pendente de aprovação pelo Congresso Nacional. Foi editado o Decreto 8.426/2015 que majorou a alíquota das contribuições sociais do PIS e da Cofins de zero para 0,65% e 4% respectivamente, aplicável às pessoas jurídicas não financeiras, incidente sobre as receitas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de operações de hedge e excluídas as variações cambiais de exportação e passivos cambiais. As novas alíquotas se aplicam no caso das pessoas jurídicas que apuram as referidas contribuições pelo regime não cumulativo e estarão vigentes a partir de 1 de julho de 2015

25. Outras Informações

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Suplente do Presidente do Conselho	
Gianluca de Fichy	Alain Gérard Ballu	
Conselheiros Efetivos		
Antonio Pardo de Santayana Montes	João Guilherme de Andrade So Consiglio	Ronaldo Wagner Rondinelli
Dominique Edmond Pierre Signora	Patrick Jean Michel Claude	
Conselheiros Suplentes		
André de Carvalho Novaes	Carlos Rey de Vicente	Thierry Gérard Alaux
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli	Nilton Sergio Silveira Carvalho	
DIRETORIA		
Diretor Presidente e Diretor de Risco	Diretor CrediNissan	Diretor de Relações Institucionais
Dominique Edmond Pierre Signora	Thierry Gérard Alaux	Ronaldo Wagner Rondinelli
		Diretor Administrativo Financeiro
		Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Contador

Andre Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros e Diretores da
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ("CFI RCI Brasil"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da CFI RCI Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da CFI RCI

Brasil para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CFI RCI Brasil. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da CFI RCI Brasil, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR -039655/O-9

R\$ 12672,00 - 72749/2015

Há 68 anos a história do Paraná passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br